



MPRJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: GTT-SBDSMC013/2024

Petrópolis, 08 de outubro de 2024

DIRETRIZ TÉCNICA Nº: 013/2024

Nº MPRJ: 2024.GTT-SBDSMC013/2024

*Solicitante: Grupo Temático
Temporário - Saneamento Básico,
Desastres Socioambientais e
Mudanças do Clima*

*Informação Técnica a
Comunicação de Emergência em
Desastres no âmbito do Estado do
Rio de Janeiro.*

.



1. INTRODUÇÃO

A comunicação é umas das estratégias mais importantes que o ser humano desenvolveu, para seu desenvolvimento e em tempos de guerra. A estratégia da comunicação é um dos pontos centrais da gestão de qualquer situação crítica e não poderia ser diferente em situações de desastre.

Os desastres no Brasil estão associados aos eventos extremos, em sua grande maioria, fenômenos hidrológicos e de movimentos de massa causados por chuvas intensas, com foi o desastre de Petrópolis em 2022 e o Rio Grande do Sul em 2023 e 2024.

É possível também entender que os desastres podem ter outras origens, como o caso da COVID em 2019 e 2020, que impactaram milhões de pessoas ao redor do mundo, conforme FIOCRUZ (2020).

Desta maneira, a comunicação de desastres é um elemento essencial para a eficácia na prevenção, preparação e mitigação dos desastres, e é decisivo durante a resposta aos desastres e emergências. Em situações críticas e extremas como terremotos, inundações e movimentos de massa, a transmissão de informações claras e precisas são fundamentais para se salvar vidas. A comunicação de emergência deve ser eficaz não apenas para informar a comunidade sobre os riscos iminentes, mas também deve servir para dar orientações precisas para se garantir a segurança das pessoas em condições extremas.

Assim, durante um desastres, as pessoas buscam informações confiáveis para a tomada de decisão que deve ser rápida e previamente conhecida. Isso requer um preparo da população sobre as rotas de fuga e o planejamento prévio das ações que deverão adotar no momento específico dos desastres. A falta de uma comunicação eficiente pode levar ao pânico, a desinformação e por muitas vezes a criação de informações falsas, que em última análise, aumentar o número de vítimas fatais.

O estabelecimento de um canal de comunicação confiável deve ser construído com a população e com a imprensa, que neste momento, é parte integrante do sistema de defesa civil, servindo como um catalisador, impulsionando a divulgação de informações essenciais para se salvar vidas.



Portanto, estabelecer canais de comunicação robustos e acessíveis, é uma ação de defesa civil extremamente relevante. São vários os caminhos que apontam para essa nova realidade, principalmente a importância e o poder das redes sociais neste contexto, conforme CASTELLS (2021).

Para além deste contexto, a comunicação bidirecional, permite o feedback da comunidade, sendo essencial para a adaptação das mensagens e às necessidades locais, promovendo assim o senso de confiabilidade entre autoridades e população.

Assim, a comunicação de desastres não é apenas uma questão de informar, mas sim conectar, apoiar e proteger as comunidades em momentos de crise, sendo transversal às ações de defesa civil, permeando as ações que antecedem ao desastre (prevenção, preparação e mitigação) e a resposta.

Desta maneira, a presente Informação Técnica busca diretamente orientar o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre a comunicação de emergência, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, que as defesas civis municipais e a estadual, devem executar para buscar a preservação da vida em seus territórios.

2. TIPOS DE COMUNICAÇÃO DE EMERGÊNCIA

A comunicação de emergência é uma etapa importante do gerenciamento de uma crise, porém tem papel muito importante também das ações que antecedem aos desastres. Desta maneira, a comunicação tem o papel de estabelecer uma ponte entre as autoridades gestoras de uma crise e a população.

O fluxo de comunicação de emergência tem um importante papel para garantir que a população afetada por um desastre, tenha acesso às informações necessárias, tais como rotas de fuga, pontos de apoio, orientações sobre como proceder, tempo estimado para a duração da crise, áreas interditadas, áreas que deverão ser evacuadas e outras necessárias para a condução da crise, buscando salvar vidas. O sistema de comunicação de emergência requer uma integração entre agências para a formatação da informação que será disponibilizada para a população, que deverá chegar de maneira precisa ao cidadão.



Podemos considerar que o fluxo de informação é essencial para determinar a forma de salvar vidas, e é bem descrito por UNIDAS (2020), e podemos descrever o fluxo a seguir:



Fluxo de Informações segundo a Organização das Nações Unidas (2020)

Desta monta, podemos considerar os tipos de comunicação de emergência tais como:

2.1. Comunicação Unidirecional

Informações são transmitidas de uma fonte (como autoridades ou organizações) para o público. Durante o desastre, podem ser concentradas na figura de um porta-voz, em pronunciamentos oficiais. Exemplos incluem alertas de emergência e anúncios em massa, abordando as mídias tradicionais tais como televisão e rádio.

2.2. Comunicação Bidirecional

Permite a interação entre as autoridades e a comunidade. Isso pode incluir feedback e perguntas do público, ajudando a adaptar as mensagens às necessidades locais. Canais de mensagens de texto e outros meios de comunicação com redes sociais são importantes neste processo.



2.3. Comunicação de Risco

Foca em informar o público sobre os riscos associados a uma emergência, ajudando as pessoas a tomar decisões informadas. Isso pode incluir campanhas de conscientização e informações sobre segurança. Atualmente uma das ferramentas mais importantes deste processo são as mensagens via SMS do sistema IDAP do Governo Federal que abrange todo o território nacional.

2.4. Comunicação em Mídias Sociais

Utiliza plataformas digitais para disseminar informações rapidamente e interagir com o público. É uma ferramenta poderosa para alcançar grandes audiências em tempo real, conforme descrito por CASTELLS (2020).

2.5. Sinalização Visual e Sonora

Inclui sinais de alerta, sirenes e outros métodos visuais e sonoros para chamar a atenção em situações de emergência.

2.6. Comunicação Comunitária

Envolve o engajamento direto com a comunidade, utilizando líderes locais e grupos comunitários para disseminar informações e promover a segurança.

Assim, esses tipos de comunicação buscam abranger a maior quantidade de pessoas possível em todos os perfis. É certo que as gerações mais novas utilizam mais as redes sociais em busca de informações, assim como as pessoas de mais idade utilizam os veículos tradicionais de informação como televisão e rádio.

A tecnologia é um elemento importante neste processo, uma vez que existem áreas hoje no país com muita dificuldade de acesso a internet e outros meios de comunicação, perfazendo do rádio e da televisão um meio essencial de comunicação com essas pessoas.

Porém, é importante entender quais os perfis de cada um dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, para propor um modelo de comunicação eficiente com a população e é papel da defesa civil municipal conhecer esses caminhos e adotar as estratégias adequadas para salvaguardar vidas em seu território.



Nesta linha, é importante um alinhamento com os órgãos estaduais e federais para emissão de alerta e disseminação de informações de desastres.

Esses tipos de comunicação são fundamentais para garantir que as informações cheguem de forma eficaz e que as comunidades estejam preparadas para agir durante emergências. Se precisar de mais detalhes sobre

3. O PAPEL DA IMPRENSA NA COMUNICAÇÃO DE DESASTRES

A imprensa tem um papel essencial na divulgação de alertas e de informações ao longo de um desastre. Conforme BRUNO (2017), o papel da imprensa vai além desta divulgação, auxiliando em outras áreas, tais como evitar e corrigir informações falsas que geram pânico.

Assim, a imprensa, durante o desastre, passa a integrar o sistema de defesa civil, articulando a comunicação e concentrando a divulgação de orientações importantes que muitas vezes o poder público não tem capacidade de atingir, tendo em vista a capilaridade que os meios de comunicação alcançam em virtude o entretenimento e divulgação de informações. Podemos então considerar os seguintes aspectos:

3.1. Informação Rápida e Acessível

As mídias são responsáveis por fornecer informações em tempo real sobre a situação do desastre, podendo incluir os alertas e orientações para a população sobre condições de segurança e esforços de socorro.

Cabe salientar que os meios de comunicação tradicional tais como rádio e comunicação conseguem acessar áreas mais distantes, muitas vezes sem comunicação via internet, e esse caminho é fundamental para conduzir a informação aos locais mais distantes.

3.2. Sensibilização e Educação

De maneira preventiva e educativa, a imprensa e redes sociais pode auxiliar nas informações à população, divulgando informações de avaliações de risco e medidas preventivas que possam impactar na resiliência local.



Essa é uma ação extremamente importante, uma vez que se pode impactar na preparação da comunidade para o desastre. Quanto mais capacitada e preparada uma comunidade, menor serão os impactos locais ao desastre.

Vale salientar que para a redução de risco de desastres, as medidas não estruturais tais como a capacitação de uma comunidade são preponderantes para salvar vidas. Nesta esteira, a comunicação de emergência com campanhas e outros meios podem literalmente salvar vidas.

3.3. Vigilância Cívica

De um modo geral, durante os desastres, as coberturas jornalísticas devem atuar como um mecanismo de vigilância, acompanhando as autoridades na tomada de decisão e na organização de suas ações ao longo de um desastre. Esse papel é muito importante para a transparência das ações adotadas, que muitas vezes serão atos comprobatórios em possíveis inquéritos, uma vez que podem ser considerados como histórico do desastre.

3.4. Conexão com a Comunidade

As mídias locais muitas vezes servem como um elo entre as autoridades e a população, facilitando a comunicação bidirecional e isenta, garantindo que a comunidade tenha voz ativa quando afetados pelo desastre.

Essa comunicação é essencial para a redução dos ruídos e de garantir que o poder público consiga acessar todas as áreas afetadas pelo desastre, que dependendo da demanda, o poder público acaba não conseguindo acessar todas as informações. Assim, a troca de informações entre o poder público e os canais de comunicação garantem a garantia de direitos aos afetados em desastres.

3.5. Narrativas Humanas

Para além do fato de relatar acontecimentos e informar a população dos eventos que compõem um desastre, a imprensa e as redes sociais, também se destacam pelas histórias de pessoas e sobreviventes, o que podem mobilizar apoio e solidariedade em áreas não afetadas, buscando humanizar a crise e trazer conforto aos afetados.



Assim, o papel da imprensa é essencial para o sistema de defesa civil pois tem a capacidade de informar e conectar o cidadão a realidade dos eventos de uma crise.

As necessidades locais podem ser, de forma isenta, apresentadas a sociedade como um todo, buscando desenvolver o sistema de defesa civil.

O conhecimento prévio das ameaças e a discussão disso na sociedade é uma importante ferramenta para buscar pressionar os gestores públicos diante das realidades locais.

Ainda é fato, que grande parte dos municípios do Estado do Rio de Janeiro não tem conhecimento de suas ameaças, tão pouco os Planos Municipais de Redução de Risco, ferramenta essa essencial para se planejar a cidade para situações extremas, conforme IT 2024.GTT-SBDSMC012/2024, que aborda os Planos Municipais de Redução de Risco no Estado do Rio de Janeiro.

Desta forma, as defesas civis sem o preparo adequado é uma realidade no Estado do Rio de Janeiro, já sendo objeto anterior de IT do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme 2024.GTT-SBDSMC001/2024, que versa sobre os Parâmetros Municipais de Defesa Civil.

4. AS REDES SOCIAIS E COMUNICAÇÃO DE EMERGÊNCIA

As redes sociais são consideradas por muitos especialistas, uma nova forma de comunicação com características específicas e tem um papel complementar e não excludente das mídias tradicionais como televisão e rádios.

Conforme CASTELLS (2020), as redes sociais ganharam um papel muito importante no cenário mundial, principalmente com a evolução da internet e demais veículos de comunicação ao redor do mundo.

Por meios das redes sociais, é possível acompanhar *in locum*, mesmo não estando presente fisicamente no local, informações passadas por qualquer cidadão que esteja diante do fato, permitindo assim um rápido acesso ao conteúdo.

As **redes sociais** desempenham um papel fundamental na comunicação de emergência, oferecendo uma plataforma dinâmica e acessível para disseminar informações e interagir com o público. Aqui estão alguns dos principais aspectos desse papel:



4.1. Disseminação Rápida de Informações

As redes sociais permitem que uma informação sobre desastres e emergências sejam compartilhadas em tempo real, alcançando um grande número de pessoas rapidamente, conforme, DIGITAL (2022). Essa velocidade no tratamento da informação é crucial para salvaguardar vidas em situação de desastres, e muitas vezes essa velocidade é muito mais eficiente que os veículos de informação tradicionais, o que de maneira eficiente podem ser conjugados e assim auxiliam na propagação de uma informação para salvar vidas.

4.2. Interação e Feedback

Assim, as plataformas digitais que abordam as redes sociais possibilitam uma comunicação biodirecional em que as autoridades podem interagir e responder perguntas e preocupações do público, ajudando em muito o esclarecimento dos fatos e evitando assim uma desinformação.

Aliado a velocidade da informação das redes sociais, essa interação é capaz de aumentar a sensação de segurança no momento da emergência, quando as autoridades podem disseminar orientações de segurança, bem como acelerar um processo de evacuação de uma localidade, usando as redes sociais para alcançar um grande número de pessoas simultaneamente.

4.3. Mobilização Comunitária

Um dos elementos mais importantes no processo de prevenção de risco de desastres é o desenvolvimento de medidas não estruturais, pois elas garantem que uma comunidade tenha o empoderamento necessário para desenvolver a autoproteção. Isso depende basicamente de uma extrema confiança nos alertas emitidos e que a população atenda de imediato as orientações designadas pelas autoridades em situações adversas. Neste contexto, a mobilização comunitária tem nas redes sociais um agente facilitador na organização de esforços de ajuda e solidariedade, permitindo a rápida mobilização das comunidades nos momentos críticos.

Os grupos de aplicativos ganham uma importância maior pela facilidade de comunicação entre as pessoas da localidade e hoje são uma realidade preponderante para circular uma informação com velocidade. Cabe salientar ainda que essas informações devem ser fidedignas e de uma fonte confiável, evitando assim informações erradas que possam



causar pânico e piorar a demanda da emergência, causando tumulto no momento do desastre.

4.4. Monitoramento e Autorregulação

Durante os desastres e crise, os usuários de redes sociais, frequentemente, corrigem informações erradas, de forma ajudar uma autorregulação do sistema de informações, porém é muito importante que as plataformas que divulgam informações, façam apurações mais específicas para verificar a procedência de uma informação, pois muitas vezes pode ser de um outro evento, de um outro país, em outro contexto, porém quando divulgadas no momento do desastre, podem causar um efeito pior, aumentando a crise e o pânico.

Assim, esse monitoramento e apuração eficientes ajudam diretamente a combater a desinformação e o pânico.

4.5. Acesso a Recursos e Suporte

Assim como diversos caminhos apresentados até aqui, as redes sociais também servem como um canal para compartilhar recursos úteis, como locais de abrigo, locais para doação, serviços de emergência, informações de utilidade pública e outros.

Desta maneira, universalizam a quantidade de ações que podem ser feitas com a boa utilização das redes sociais.

Neste contexto descrito, os elementos acostados mostram que as redes sociais podem ser ferramentas poderosas de comunicação de emergência e desastres, não apenas para informar, mas também para conectar e fortalecer comunidades e desenvolver as medidas não estruturais.

5. COMUNICAÇÃO NO GABINETE INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE CRISE

Uma das ferramentas mais importantes para o gerenciamento de uma crise, ou desastre, o Gabinete Integrado de Gerenciamento de Crise desenvolve diversas ações operacionais importantes para a coordenação integrada entre agências e a otimização de custos e recursos, bem como buscar salvar vidas impactadas pelo desastre. Conforme



KEMPERS et al. (2023), a ferramenta apresenta na concepção a coordenação de ações importantes para a gestão de um desastre. Desta maneira podemos descrever:

1. Salvamento e Resgate;
2. Vistoria de imóveis e encostas;
3. Desobstrução de vias;
4. Limpeza da cidade;
5. Reabilitação dos serviços essenciais;
6. Assistência funeral;
7. Gerenciamento de ações de saúde;
8. Monitoramento e alerta;
9. Abrigamento de famílias;
10. Acolhimento de famílias enlutadas;
- 11. Comunicação de emergência;**
12. Elaboração dos planos de trabalho no S2ID;
13. Ajuda humanitária;
14. Gerenciamento de voluntários;
15. Gerenciamento de donativos; e
16. Identificação dos cadáveres.

Neste contexto, é imperioso que o tema da comunicação de emergência seja tratado com a relevância que tem em uma situação de desastre.

A utilização de um porta-voz para a comunicação oficial do gabinete com a imprensa é fundamental para a coordenação desta comunicação.

Assim como a comunicação através de boletins com horários pré-determinados e que são importantes para orientar a imprensa dos dados atualizados em vários momentos do dia.



Essa estratégia visa dar maior transparência da ocorrência e uma atualização que pode ser estendida para as redes sociais, onde podem ser amplamente divulgadas.

Nestes termos, a utilização dos meios de comunicação tradicionais associada as redes sociais passam a ser o cenário ideal de comunicação de emergência, pois acaba dando a oportunidade de feedback das informações, sendo estabelecido um canal de comunicação com um fluxo de dados em duas vias, sendo possível ratificar as informações enviadas e o destino desta informação para a população.

O estabelecimento da comunicação de emergência durante o desastre revela a importância deste processo no gerenciamento de um desastre, uma vez que a falta desta comunicação eficiente pode gerar desastres secundários, causados pelo pânico proveniente de uma informação falsa.

6. ASSESSORIA DE IMPRENSA E A COMUNICAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA DEFESA CIVIL

Considerando a defesa civil municipal como um dos órgãos mais importantes do Sistema de Defesa Civil, descrito na Lei nº 12.608/2012, conforme BRASIL (2012), pois é dele a responsabilidade da gestão do risco e do gerenciamento de um desastre, conforme art. 8, II, e entendendo, através desta Informação Técnica, a importância da comunicação de emergência na gestão do risco e do gerenciamento de crises, passa a ter uma responsabilidade primordial, a adoção de assessores de comunicação na estrutura das defesas civis municipais.

Desta forma e de acordo com o descrito na Informação Técnica nº 001, conforme 2024.GTT-SBDSMC001/2024, é prevista na estrutura da defesa civil municipal um assessor de comunicação que deverá ser responsável por uma série de informações para a população em geral, mas também pelo bom alinhamento com os órgãos de imprensa, sendo capaz de articular a divulgação de projetos e medidas importantes para a preservação da vida em um momento de resposta, mas também tem um papel fundamental no desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres e resiliência local.

O uso das redes sociais, neste momento, tem um impacto muito positivo na divulgação das políticas públicas de proteção e defesa civil, bem como aumenta muito a credibilidade dos informes.



Desta forma, informações do cotidiano tais como boletins meteorológicos e outras informações do cotidiano, podem ganhar um espaço na cultura local para que se ganhe a credibilidade necessária para no caso de alertas reais, na iminência de um desastre, a população confie nos alertas emitidos pela defesa civil local.

Assim desde as ações que antecedem ao desastre, tais como prevenção, preparação e mitigação devem ser amplamente divulgadas. Treinamentos realizados nas comunidades, simulados e outros estímulos a comunidade devem ganhar força com a divulgação nos canais oficiais nas redes sociais. Essa comunicação ganha credibilidade e ainda são capazes de buscar o feedback da população, e assim, ganhar mais robustez na transmissão das informações que antecedem a um desastre.

Da mesma maneira, durante o desastre, a comunicação ganha um papel muito importante pois a eficiência desta comunicação, por parte dos órgãos oficiais para a população, de forma clara e direta, pode salvar vidas em situações extremas. Neste momento, deve-se lançar mão de todos os meios possíveis, tanto na mídia tradicional quanto nas redes sociais. Quando mais disseminado um alerta ou alarme, mais fácil dessa informação chegar à uma localidade vulnerável, que se essa informação chegar de forma antecipada, pode ser um agente determinante para salvar vidas.

O uso de tecnologias cada vez mais se faz presente, seja pelo uso da ferramenta de SMS, sem cadastro prévio, recentemente lançada pelo Governo Federal, ou uso de outros meios de transmissão de informações, usando internet, permitem que mais pessoas acessem a informação e com isso possam desenvolver a autoproteção.

É imperioso que as defesas civis municipais estejam preparadas para atuar em situações extremas, bem como que tenham protocolos de comunicação de emergência já previamente estabelecidos, pois essa comunicação será extremamente importante para orientar a população das ações no momento do impacto, bem como nas ações do gabinete integrado de gerenciamento de crises.

Seguindo essa linha de raciocínio, é importante que a defesa civil já tenha os canais de comunicação estabelecidos, tais como redes sociais e outros para o envio de mensagens e conteúdos, tanto no momento emergencial, quanto na capacitação e treinamento da população, auxiliando a divulgação de materiais informativos e ajudando a construir uma cultura de resiliência e o empoderamento local, uma vez que, conhecido o risco pela comunidade, ganha-se força para buscar diminuir esse risco e conseqüentemente a vulnerabilidade local.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da comunicação a cada dia que passa se torna mais valoroso na vida das pessoas, inclusive é capaz de modificar o cenário eleitoral, e vem trazendo cada vez mais relevância para a sociedade pela velocidade no trato das informações e não se pode mais negar que revolucionou o conceito de redes sociais, como uma ferramenta potente de comunicação, conforme descrito por CASTELLS (2021).

Quando o assunto abordado é a comunicação de emergência, a comunicação tem um papel central na gestão do risco e no gerenciamento dos desastres, sendo vital para a proteção de vidas e bens, bem como pela minimização dos danos e prejuízos em uma comunidade.

Em situações de crise, a capacidade de transmitir informações claras e precisas fazem a diferença entre a vida e a morte. Os sistemas de alerta, devem ser eficientes para salvaguardar vidas, seja pelo uso de sirenes, apitos, SMS, mensagens de grupos por aplicativos, na televisão, nos rádios e todo e qualquer meio adotado para se transmitir uma comunicação para salvar vidas.

Essa comunicação precisa sobre os riscos iminentes, permite a tomada de decisão por parte das pessoas informadas, e assim podem adotar medidas de autoproteção. Mas para que isso aconteça é necessário um estabelecimento prévio da confiança entre os órgãos emissores do alerta e a comunidade. A comunicação também pode ajudar neste processo, pois ao divulgar informações sobre os treinamentos e capacitações, fortalece os laços de confiança no sistema de defesa civil.

Para além disso, a comunicação de emergência fortalece a coordenação de um gabinete de crise, empoderando as agências atuantes na resposta ao desastres, e criando um elo com a população afetada, facilitando a mobilização de recursos e implementação de estratégias de socorro.

Portanto, o investimento em tecnologia em comunicação de emergência e treinamentos para a população mais vulnerável é essencial para garantir que, nos momentos de emergência, todos estejam bem preparados e informados quanto aos procedimentos à serem adotados, e consequentemente diminuam os números de mortes e afetados.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Desta maneira, a comunicação de emergência não é apenas uma estratégia para salvar vidas em momentos críticos, mas também a promoção da resiliência das comunidades diante de um desastre.

Nesta esteira, a presente Informação Técnica busca demonstrar a importância da comunicação de emergência como estratégia de redução de risco de desastres, e assim, amparando os promotores naturais, para que possam ver em seus territórios, o preparo necessário para que as defesas civis municipais estejam adotando para minimizar os riscos e diminuir os impactos do desastre em uma comunidade.

Petrópolis, 08 de outubro de 2024.

GIL CORREIA KEMPERS VIEIRA – Ten Cel BM

Assistente Técnico do GTT Saneamento Básico,
Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas

GTT-SBDSMC/MPRJ

MAT.: 08009818/ RG (CBMERJ) n.º 19818



8. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília,

DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em: 30 de jun. 2024

BRASIL. **Lei n.º 14750/2023.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14750.htm>. Acesso em: 1 jul. 2024.

BRUNO, Wilson. **A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia.** 2017. Disponível em:

https://www.academia.edu/54629777/A_cobertura_jornal%C3%ADstica_de_cat%C3%A1strofes_ambientais_entre_a_vigil%C3%A2ncia_e_a_espetaculariza%C3%A7%C3%A3o_da_not%C3%ADcia. Acesso em: 28 set. 2024.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação.** 2021. Disponível em:

<https://www.fronteras.com/assista/exibir/manuel-castells-sobre-comunicacao-e-poder>. Acesso em: 28 set. 2024.

DIGITAL, Revista Adnormas (org.). A gestão do uso das mídias sociais em emergências. **Adnormas**, São Paulo, v. 26, n. 25, p. 35-39, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://revistaadnormas.com/2022/03/29/a-gestao-do-uso-das-midias-sociais-em-emergencias>. Acesso em: 28 set. 2024.

FIOCRUZ (org.). **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 28 set. 2024.

KEMPERS, G.C.V. et al. Operational protocol of the integrated crisis management office. **Caderno de ANAIS HOME**, 2023.

KOBIYAMA, M.; CHECCHIA, T.; SILVA, R. V.; SCHRÖDER, P. H.; GRANDO, Â.; REGINATTO, G. M. P. Papel da comunidade e da universidade no gerenciamento de desastres naturais. In: **Simpósio Brasileiro de Desastres Naturais**, 1., 2004, Florianópolis. Anais... Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. p. 834-846 (CDROM).



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MARTINS, André. Prejuízos com extremos climáticos no Brasil somam R\$ 502,4 bilhões em 30 anos. **Exame**. São Paulo, p. 25-26. 11 maio 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/prejuizo-com-extremos-climaticos-no-brasil-somam-r-5024-bilhoes-em-30-anos/>. Acesso em: 22 set. 2024.

UNIDAS, Organização das Nações. **Comunicação de emergência em risco de saúde pública**. 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://25anos.ead.fiocruz.br/materiaisead/especializacao/gestao-de-risco-de-emergencias-e-desastres-em-saude-publica/percurso/documents/comunicacao_risco_esp.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.